



MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA – 2017.

Data: 14/03/2017

Horário: 09h:00min

Local: Sala de reunião dos Órgãos Colegiados, no edifício-sede do Ministério Público de Roraima.

Pauta:

01. Leitura, discussão e aprovação da **Ata da 2ª Sessão Extraordinária** – realizada em 13MAR2017.

02. Processo de Inspeção nº 052/2012 – CGMP

Origem: Portaria CGMP nº 014, de 21 de Setembro de 2012.

Deliberação em Procedimentos Preliminares e Inquéritos Cíveis Públicos

Da relatoria da Conselheira Dra. Stella Maris Kawano D'Ávila
CI N° 035/17 - CGMP

03 - IC N° 003-C/15/PROSAUDE/2ºTIT/MP/RR

Origem: PIP N° 003/14PROSAUDE/MP/RR

Assunto: Verificar a falta do medicamento metotrexato de 20mg.

04 - IC N° 003/2014/PRODECC/MPPRR

Origem: Direito do Consumidor: Contratos de Consumo: Fornecimento de água

Assunto: Apurar suposta deficiência nos serviços prestados pela CAER – Campanha de Águas e Esgotos de Roraima.

05- ICP N° 011/14-C/PROSAUDE/MP/RR

Origem: PORTARIA DO ICP N° 011/14-C/PROSAUDE/MP/RR

Assunto: Verificar a adequação sanitária do Hospital UNIMED

06- ICP N° 017/13-C/PROSAUDE/MP/RR

Origem: PORTARIA DE CONVERÇÃO DO PIP N° 017/13-C/PROSAUDE/MP/RR

Assunto: Garantir o tratamento adequado a criança Daniel Ribeiro Lopes da Silva.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA CONSELHO SUPERIOR

07- PIP Nº 065/2014/PROSAUDE/MP/RR

Origem: PORTARIA DE INSTAURAÇÃO PIP Nº 065/2014/PROSAUDE/MP/RR

Assunto: Verificar a falta dos medicamentos Citalopram e Mantidan.

08- ICP Nº 021/14/PROSAUDE/MP/RR

Origem: PORTARIA DE CONVERÇÃO DO PIP Nº 021/14/PROSAUDE/MP/RR

Assunto: Verificar as ações desenvolvidas pelo Município de Boa Vista/RR, no controle e combate a dengue.

09- PIP 002/2015/PRODECC/MPRR

Origem: Direito Penal

Assunto: Apurar supostas irregularidades cometidas pelas empresas Instituto de Educação e Pesquisa Pilar – IEPP, e FANAN- Faculdade de Nanuque, na oferta aparentemente enganosa de cursos de “Segunda Licenciatura”, nesta praça, em desacordo com a legislação vigente.

10- IC Nº 003/2011/Pro-Die/MP/RR

Origem: Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito

Assunto: Verificar o cumprimento da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de educação inclusiva na Escola Reizinho.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público
Procuradora-Geral de Justiça